



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE PORTEIRINHA, NORTE DE MINAS GERAIS

PUBLIC POLICIES FOR THE INSTITUTIONALIZATION OF THE MUNICIPAL SCHOOL NETWORK OF THE CITY PORTEIRINHA, NORTH OF MINAS GERAIS

RESUMO

Neste artigo discutimos as principais políticas públicas para a institucionalização da rede escolar do município de Porteirinha/MG e abordamos aspectos do plano político e de ações educativas. O objetivo do trabalho é refletir as diversas articulações exercidas pelas lideranças políticas locais com o intuito de organizar o sistema educacional por meio das seguintes ações: construções de diversas escolas públicas, edificação da secretaria municipal de educação, criação de cargos de professores e assistentes em educação. Deste modo, o trabalho procura situar o local dentro da conjuntura nacional durante as décadas de 1930 a 1970. As estratégias político-pedagógicas citadas nessa trajetória foram analisadas a partir de fontes primárias que incluíram a bibliografia em livros e em artigos científicos que abordam a história local e regional. Também foram utilizadas documentações impressas, manuscrita e iconográfica existente nos arquivos de escolas públicas, no Arquivo Público Municipal e em diversos arquivos particulares de moradores da cidade. Além disso, foram analisados documentos construídos por meio da recolha de entrevistas junto a ex-professores.

Palavras-chave: políticas públicas; institucionalização; sistema escolar; políticos locais.

ABSTRACT

In this article we discuss the main public policies for the institutionalization of the School network of the Municipality of Porteirinha/MG and address aspects of the political plan and educational actions. The objective of the work is to reflect the various articulations performed by local political leaders in order to organize the educational system through the following actions: constructions of various public schools, building of the Municipal Education Secretariat, creation of positions of teachers and assistants in education. Thus, the work seeks to situate the place within the national conjuncture during the 1930s to 1970s. The political-pedagogical strategies cited in this trajectory were analyzed from primary sources that included bibliography in books and scientific articles that address history local and regional. Printed, handwritten and iconographic documentation existing in public school archives, in Arquivo Público Municipal and several private residents of the city were also used. In addition, documents were analyzed built through the collection of interviews with former teacher.

Keywords: public policy; institutionalization; school system; local politicians.



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Introdução

O período compreendido entre o Estado Novo (1937) até meados do governo militar de 1964 é significativo na história das políticas públicas da educação do Brasil. Os processos de industrialização e urbanização e as complexas relações sociais e políticas, naquele momento de mudanças, constituem temas sempre suscetíveis de discussões na área educacional. O fim da ditadura varguista assinou a volta à democracia, agora com um significado especial: a Constituição de 1946 garantia a elegibilidade do executivo local. Partindo dessa conjuntura nacional, este trabalho mostrará como se relacionavam as lideranças políticas do município de Porteirinha, cidade localizada no norte do Estado de Minas Gerais, com as lideranças estaduais nas décadas de 1930 a 1970, com o objetivo de estruturar a rede educacional da referida cidade, bem como elaborar as políticas públicas voltadas para a área educacional.

A manutenção das relações de dependência era indispensável às elites locais no contexto do chamado período democrático (1945-1964). Para Abreu (1990, p. 9), “o progressivo fortalecimento do Estado como agente planejador e investidor fez crescer a importância de deter o controle”. Conscientes dessa nova realidade, os chefes políticos de Porteirinha organizavam-se para se fazer representar em ocasiões estrategicamente políticas, além de concretizarem inúmeros apoios aos chefes políticos estaduais e federais, acerca dos assuntos educacionais.

Em âmbito nacional, o fim do Estado Novo assinalou o surgimento de diversas agremiações partidárias no país. Porém, a vida política em Porteirinha quase sempre foi marcada pela formação de apenas dois partidos. Em 1938, o então distrito São Joaquim da



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Porteirinha emancipa-se e torna-se o município de Porteirinha, tendo como primeiros administradores (1938-1947) as interventorias indicadas pelo governador de Estado.

Os primeiros chefes políticos eleitos foram Anísio Santos e Anfrísio Coelho, que se revezavam como prefeitos a cada eleição, formando as *administrações Anísio/Anfrísio* (1947-1963). Nesse período, quando não eram prefeitos, eram vereadores; foram até prefeito e vice-prefeito ao mesmo tempo. Ambos eram pessoas ricas, possuíam grandes extensões de terras, correspondentes bancários, possuíam uma tradição familiar e influências com governo estadual.

Já em 1962, houve uma efervescência na disputa para o cargo de prefeito que representou um marco na política local. O então vereador Alcides Mendes da Silva candidata-se a prefeito, funda o grupo *Gabiobas*, oposto aos *Liobas*. O grupo dos Liobas era formado pelos seguidores de Anísio e Anfrísio. Este pleito trouxe ao município um verdadeiro clima de tensão. Nesta arena política, o líder dos Gabiobas vence a disputa e rompe com a política Anísio/Anfrísio. No entanto, estas disputas se arrastaram até meados da década de 1970 e foram impregnadas das relações de favor, dominação e subordinação.

A área educacional foi pensada, em especial, enquanto política pública para a formação de mão de obra qualificada e objeto de concretização de promessas políticas. O estudo dessas relações políticas com as políticas educacionais é o que se pretende neste trabalho. Embora se volte para um local específico: a organização da rede educacional do município de Porteirinha, não se pode compreender a manifestação dessas relações isoladas do todo nacional.



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Procedimentos Metodológicos

Como embasamento teórico, foram realizadas pesquisas em diversos trabalhos científicos. Deste modo, este artigo também utiliza teses e dissertações que tratam da temática abordada aqui. Os estudos foram produzidos por pesquisadores inseridos nos diversos programas de Pós-Graduação em Educação do país. Impregnados pela riqueza da história e da institucionalização da educação em seus contextos, estes pesquisadores elaboraram importantes trabalhos que versam sobre as peculiaridades e diferentes aspectos da história de cada região e, assim, contribuíram para a recuperação e preservação da história da institucionalização do sistema educacional regional e local.

Por exemplo, a tese de doutorado em Educação de Martinson (2009) intitulada *Institucionalização da Escola Pública em área rural – Joaçaba/SC (1938-1961)* focaliza o processo de institucionalização progressiva da escola pública primária na área rural entre 1938 e 1961 e analisa as políticas públicas educacionais direcionadas a esse nível de ensino e suas imbricações na constituição da cultura escolar.

Já a dissertação *Cultura escolar: a institucionalização do ensino Primário no sul do antigo Mato Grosso (1950-1974)*, de autoria de Monteiro (2011), propõe desvendar os caminhos percorridos pela escola atravessando as vicissitudes de seu contexto regional, permeado pela intersecção entre uma cultura rural e urbana em ascensão, pelos conflitos políticos e divisionistas do Estado, pela organização de sua população e pelos próprios desafios de uma jovem cidade interiorana na segunda metade do século XX.

Paz (2009), em sua dissertação *O Município e a organização da Educação: caminhos e desafios da criação e implantação do Sistema Municipal de Ensino de Ananindeu/PA* investigou o processo de institucionalização do Sistema Municipal de Ensino de Ananindeu, considerando



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

a democratização, descentralização da educação e autonomia municipal como categorias centrais. Objetivou a análise de sua organização desde a criação da Lei do Sistema Municipal de Ensino, sua caracterização enquanto sistema municipal e a formulação da sua política educacional.

Por fim, Abreu (2013), em sua tese defendida na Universidade de São Paulo, buscou entender as estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro/SP, entre 1889 a 1920. Ao buscar mapear as organizações escolares na primeira República, o estudo procurou analisá-las nas suas múltiplas estratégias de escolarização primária. A autora procurou entender como as cidades do interior paulista se organizaram para atender à obrigatoriedade da lei do ensino de 1874.

A presente pesquisa também utilizou como técnica de coleta de dados a Análise Documental. Neste sentido, o *corpus* documental foi organizado da seguinte forma:

- a) Arquivo pessoal dos principais agentes políticos envolvidos na construção da rede educacional de Porteirinha que se encontra no acervo da Casa da Memória da Secretaria de Cultura e Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Porteirinha.
- b) Legislação de ensino (decretos, leis, resoluções) e a algumas legislações municipais sancionadas pelo poder executivo no período enfocado, que se encontram no setor jurídico da Prefeitura Municipal de Porteirinha.
- c) Biografias, redações, além de recortes de jornais. Este universo, em bom estado de conservação encontra-se no arquivo histórico da Escola Estadual Alcides Mendes da Silva.
- d) Legislações, registro de candidatos aos cargos eletivos e resultados de eleições municipais da cidade, no período de 1950, 1960 a 1970, foram localizados no Cartório Eleitoral de Porteirinha.



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Além das fontes documentais, também concorreram com indescritível presteza as entrevistas com ex-professores que colaboraram com suas lembranças e permitiram, assim, enriquecer a pesquisa. A escolha desses sujeitos não foi aleatória, mas sim procuramos intencionalmente uma amostra que proporcionasse dados significativos para o estudo.

O texto foi dividido em três partes: primeiro apresentamos as principais características sócio-econômicas de Porteirinha no período estudado, bem como a atuação da figura do político neste tempo e espaço. Na segunda parte, ao traçar o panorama histórico e político, analisamos as primeiras ações na construção da rede educacional pelos interventores. Após isso, foram apontadas articulações entre os governos Anísio Santos e Anfrísio Coelho, que promoveram concursos públicos e convênios com o governo estadual. Por fim, ao evocar o governo Alcides Mendes, no início da década de 1960, veremos uma rede educacional maior e mais consolidada com um grupo bastante articulado estrategista, o líder dos Gabirobas propôs a expansão de escolas e implementou a construção da Escola Normal, principal instituição formativa do professorado local e regional.

Desenvolvimento

A figura dos políticos locais

As relações clientelistas que configuravam dependência dos chefes políticos locais aos estaduais manifestavam-se mediante favores e perpetuavam por meio de compromissos, mantendo a dominação política das elites econômicas sobre a população. A área educacional possuía esse caráter recíproco da dependência governo municipal-estadual. Carvalho (1997, p. 3), conceitua clientelismo como “um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. Ainda conforme o autor, “deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o poder executivo” (*ibidem*, p. 5). Assim, os chefes políticos locais, por meio da relação de dependência governo municipal-governo estadual, além da articulação com outros setores, propunham projetos para estruturar o desenvolvimento municipal. Ao serem encaminhadas estas propostas, constataram que a área educacional era uma das peças fundamentais na construção daquela nova sociedade.

Conforme a elite local postulava, a educação e a formação do professor viriam para fazer nascer o progresso na cidade. Na prática, delineou-se a perspectiva da educação para o trabalho e para a diminuição da taxa de analfabetos. Era importante pensar em políticas para formar um professor como ponto de partida para o exercício de uma direção voltada para o progresso e para a civilidade (Bezerra, 2007). Era importante formar os profissionais para atuarem nas escolas primárias da região, diminuir o enorme analfabetismo e transformar a realidade das pessoas do norte de Minas Gerais.

Segundo Pereira (2002), na década de 1950, o norte de Minas Gerais esteve à margem do desenvolvimentismo. Os efeitos práticos de investimentos surgiram somente na década de 1960 quando foi viabilizada a infraestrutura energética e de transportes e os incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que atraíram à região investimentos industriais em volume expressivo. Neste momento, os políticos da cidade de Porteirinha mobilizavam-se num esforço para atrair os investimentos do Estado.

Conforme Bezerra (1990), o incentivo da Sudene representou uma grande esperança na cidade, pois faltava energia para os pequenos armazéns e comércios e para o consumo doméstico, as estradas da região eram precaríssimas e existia um alto índice de analfabetismo. As elites locais, predominantemente agrárias, mobilizavam-se para inserir o



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

município nos programas de investimentos públicos¹, pois, ao analisarmos a situação econômica e social de Porteirinha nos anos 1940 e 1950, descortinou um quadro nada alentador e que contribui para se compreender essas relações políticas:

A cidade mostrava ser precaríssima em, praticamente, todos os setores sociais básicos: água, energia, saneamento básico, transporte, educação. Não existiam casas de crédito para facilitar os negócios do município. O serviço de abastecimento de água potável era precário. As ruas da cidade não possuíam calçamento e a população jogava ali todo tipo de lixo, inclusive matéria orgânica, como animais mortos. Não havia luz nem a motor na cidade. Havia grandes carências de escolas municipais e, conseqüentemente, um enorme contingente de pessoas analfabetas (Escola Estadual Alcides Mendes da Silva, 1990, p. 3).

Assim, foi nesse cenário que a figura do político local se destacou. Desprovida de renda, serviços públicos decentes e baixa instrução, a população era afastada do exercício livre de seus direitos políticos, seu papel restringia-se a votar no homem dotado de virtudes especiais, capaz de guiá-la e de resolver o problema por ela. Pode-se notar esta característica, por exemplo, na biografia de Alcides Mendes da Silva: “[...] Sua grande obra, a que marcou sua passagem política e o realizou nos seus desejos de libertar o povo do analfabetismo, foi a criação da Escola Normal²” (Escola Estadual Alcides Mendes da Silva, 1990, p. 3).

Os chefes políticos eram, pois, uma liderança social, política e econômica que utilizavam de variadas estratégias para conquistar, exercer e manter o poder. As divergências em âmbito local eram acirradas, mas os grupos políticos opostos uniam-se na hora de respaldar as candidaturas e projetos governistas nas esferas estadual e federal. A preservação

¹ Segundo Bezerra (1990), os dois esforços políticos mais significativos são a instalação da agência do Banco do Nordeste, em 1959 e concretização do projeto Escola Normal de Porteirinha, em 1964.

² A Escola Normal de Porteirinha foi criada por meio da Lei nº 3.284, publicada no Diário de Oficial de Minas Gerais em 14 de dezembro de 1964. Conforme o artigo 5º, a construção do prédio se deu por meio de convênio celebrado entre o Estado, Ministério da Educação e Cultura, Sudene e Usaid/Brasil (Minas Gerais, 1964, p. 2).



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

das relações de dominação política, firmada em práticas clientelistas, era necessária aos projetos políticos e econômicos das elites políticas locais. Segundo Queiroz (1969), as vilas e pequenas cidades do interior situavam-se como o ambiente ideal para as práticas clientelistas e, na maioria dos casos, elas eram reflexos e prolongamentos das áreas rurais ao seu redor.

Nesses pequenos núcleos, verificaram-se todo um trabalho público dos chefes políticos locais: escolas, estradas, igrejas e outros melhoramentos foram obtidos devido a sua influência. Uma parcela do prestígio desses chefes do interior dependia da obtenção desses melhoramentos para a sua comunidade. Por isso, os chefes do interior aderiam normalmente às situações estaduais. Eles precisavam obter o apoio dessas situações para manterem o seu prestígio e angariarem recursos (Queiroz, 1969, p. 37).

Em Porteirinha, para manterem os laços políticos com o governo estadual, treze chefes políticos locais saíram do norte de Minas Gerais para participarem da posse do novo governador de Estado, JK, em 1950. Dentre estes chefes políticos, destacam-se Anísio Santos e Anfrísio Coelho, prefeito municipal (1948-1950) e ex-prefeito, respectivamente. Outro documento textual narra um fato acerca da aproximação de Alcides Mendes com o governo estadual e federal:

[...] sempre inconformado com o desprezo como eram tratadas as crianças em idade escolar e os velhos desassistidos, aproximou-se do presidente Getúlio Vargas e tantos outros políticos que praticavam política social (Escola Estadual Alcides Mendes da Silva, 1990, p. 1).

Na próxima passagem, nota-se como este chefe político foi um hábil articulador, mantendo uma relação de reciprocidade e dependência:



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Quando o Sr. Alcides Mendes ouviu o Secretário de Estado da Educação, Dr. Aureliano Chaves, a informação de que um grande Centro de Ensino [Escola Normal e um Centro de Treinamento] seria instalado no Norte de Minas, pôs-se a trabalhar com o máximo de empenho. Fez contato até com o presidente Castelo Branco, em audiência, para que a Escola não fosse negada a Porteirinha [...]. Somou-se ao Dr. José Carlos de Lima, representante do Estado de Minas no Conselho Deliberativo da Sudene, para que a Escola fosse inaugurada (*ibidem*, p. 3).

Eis aí a essência do compromisso dos chefes políticos locais: eles apoiavam incondicionalmente os candidatos oficiais tanto na esfera estadual, quanto na federal e, em troca, recebiam do Estado “carta-branca” nos assuntos do município.

O panorama histórico-político-educacional de Porteirinha

Aos 17 de dezembro de 1938, o município conquista sua emancipação e tem como seus primeiros administradores os interventores. Ianni (1971, p. 22) explica que as interventorias “constituíram o elemento-chave nas relações do governo central com os Estados, representando efetivamente um meio de enfraquecer as oligarquias regionais pela perda das condições institucionais de sua autonomia”. Segundo documentos da Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico de Porteirinha (2005), o bacharel em Direito e tenente da Polícia Militar, Altivo de Assis Fonseca, foi a primeira autoridade constituída no município, nomeado interventor por Benedito Valadares Ribeiro, governador de Minas Gerais. Veja suas características:

Dr. Altivo de Assis Fonseca dirigiu os destinos do Município no período de 01.01.1939 a 31.03.1945, trabalhando pela educação moral e cívica de seus munícipes. [...] Dr. Altivo era católico praticante, sendo zelador do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus, do qual foi um dos fundadores e seu primeiro presidente (Porteirinha, 2005, p. 2).



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Na época, o município possuía escassez de órgãos públicos, sobretudo na área escolar: havia apenas duas escolas municipais rurais, uma masculina e outra feminina, que funcionavam no povoado de Jatobá, conforme descreve o Decreto-lei nº 17, de 03 de junho de 1940. Na área urbana, existia apenas o Grupo Escolar João Alcântara, que iniciou suas atividades em 1914, época em que Porteirinha pertencia ao município de Grão Mogol (Porteirinha, 2005). Para Carvalho e Carvalho (2013), no início do século XX, a escolarização primária passou a ser objeto de uma reflexão intensa entre os dirigentes brasileiros porque, supostamente, anularia um entrave central ao progresso do país: o alto índice de analfabetismo. Mais que isso, a escola seria um instrumento valioso para disseminar o novo ideário que se impunha na sociedade.

Segundo Gatti e Inácio Filho (2011, p. 93),

Era preciso mudar, romper com o passado e traçar um novo modelo que trouxesse ares de modernidade, progresso e civilidade. Diante de mudanças de caráter político, econômico e social, a escola vem de encontro aos princípios defendidos pela ordem republicana, a difusão da educação popular, pois as escolas podem ser consideradas instrumentos para o estabelecimento da ordem e o progresso da sociedade. [...] A educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social. A exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas), tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto de civilização da nação brasileira. Ganha força um discurso de que a escola torna-se o centro de propagação de conhecimento, cultura e normas de conduta, necessários para o crescimento e expansão da cidade rumo à modernidade. Assim seria a educação o principal o instrumento de formação moral e intelectual de um povo.

Com um número restrito de unidades escolares, o recém-criado município de Porteirinha vê a necessidade de expandir suas escolas para os diversos recantos. O Histórico



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

das Escolas de Porteirinha, um documento inserido no Plano Decenal Municipal de Educação (2006/2015), da Secretaria Municipal de Educação, mostra um importante evento acerca do aumento do número de escolas na década de 1940:

Em virtude da necessidade de ampliar a instrução pública municipal, devido à emancipação, criam-se mais três escolas municipais urbanas: Escola Municipal *Rui Barbosa* que teve como primeira professora a Senhora Hilda Martins Gomes, a Escola Municipal *Barão do Rio Branco* que teve à frente a Senhora Idalice Coelho e a Escola Municipal *19 de Abril* a Senhora Jandira Machado (Porteirinha, 2005, p. 15).

O Decreto-lei nº 17, de 3 de junho de 1940, publicado pelo interventor Altivo de Assis Fonseca, autoriza a construção de seis escolas rurais:

DECRETO-LEI Nº 17

Cria no município de Porteirinha seis Escolas Rurais Mistas.

O Departamento Administrativo do Estado aprovou e eu, Prefeito Municipal de Porteirinha, sanciono o seguinte decreto-lei:

Art. 1º – Ficam criadas no município de Porteirinha seis Escolas Rurais Mistas.

Parágrafo único – Estas Escolas serão denominadas como se segue, funcionarão nas localidades seguintes:

Escola Mista “Duque de Caxias”, no lugar denominado “Mocambinho”;

Escola Mista “Marechal Deodoro”, no lugar denominado “Curral Velho”;

Escola Mista “Benjamim Constant”, no lugar denominado “Serra Branca”;

Escola Mista “General Osório”, no lugar denominado “Pulo”;

Escola Mista “Floriano Peixoto”, no lugar denominado “Guará”;

Escola Mista “Tiradentes”, no lugar denominado “Lages”;

Art. 2º – Ficam mantidas a Escola Municipal Masculina e a Escola Municipal Feminina do povoado de Jatobá, as quais passarão a denominar-se, respectivamente, “Escola Presidente Vargas” e “Escola Governador Valadares”.

Art. 3º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Porteirinha, aos três dias do mês de Junho de 1940.

(a) Dr. Altivo de Assis Fonseca, Prefeito



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Como foi aumentado o número de escolas, implicava, pois, ampliar o número de profissionais para ali atuar. Daí o motivo do chefe político sancionar a legislação a seguir:

DECRETO-LEI Nº 18

Cria lugares de professores primários rurais e mantém os lugares de professores do povoado de Jatobá.

O Departamento Administrativo do Estado aprovou e eu, Prefeito Municipal de Porteirinha, sanciono o seguinte decreto-lei:

Art. 1º – em virtude da modificação que se faz na parte da instrução pública municipal, com a criação e conseqüente desmembramento deste município do de Grão Mogol, ficam criadas neste município seis (6) lugares de professores primários.

Art. 2º – Os lugares de professores primários rurais serão providos à medida que o Prefeito julgar necessário.

Art. 3º – Só poderão ser nomeados professores primários rurais, normalistas diplomadas por Escolas reconhecidas ou pessoas habilitadas em concurso de provas, nos termos dos artigos 5º e 6º do decreto-lei nº 5, de 20.2.1939.

[...] Art. 5º - Estes novos professores deverão submeter ao exame de provas, e os que já se encontram em exercício deverão submeter ao exame de provas e títulos em época que será determinada pelo Prefeito Municipal, sem o que serão dispensados dos cargos respectivos. [...]

(Porteirinha, 1940, p. 184).

Percebe-se uma preocupação em relação à expansão do quadro de docentes e ao processo de profissionalização destes: foram criadas mais seis vagas para professores em escolas municipais rurais e havia a exigência de nomear professores primários rurais que possuísem diploma de normalista expedido por escolas reconhecidas ou pessoas habilitadas em concursos. Apesar da exigência, a cidade possuía uma carência muito grande de professores com este nível de qualificação.

Em julho de 1947, nomeado pelo governador do Estado, Milton Campos, Anísio Alves dos Santos torna-se pela primeira vez chefe do executivo (Porteirinha, 2005), iniciando, desta maneira, as administrações Anísio/Anfrísio, descritas a seguir.



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Porteirinha “democrática”: entre a primeira eleição municipal e as *Administrações Anísio / Anfrísio*

Anísio Alves Santos nasceu em Brumado/BA, foi comerciário em Montes Claros e exerceu em Porteirinha os cargos de correspondentes dos Bancos do Brasil, Financial e o da Indústria e Comércio. Conforme dados da Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico de Porteirinha (2005, p. 3), “ele foi comerciante à frente do Comércio e Indústria Anísio Santos S/A (CIASA), empresa de beneficiamento de algodão”. Anísio Santos adquiriu a fazenda Mulunguzinho e outras no norte de Minas, sendo pecuarista de grande porte. Importante destacar que no mesmo ano em que foi nomeado interventor (1947), aconteceram as primeiras eleições no município. Porém, nesse pleito este político perdeu para Anfrísio Coelho.

Nas palavras de Cunha (2006, p. 33), “Anfrísio Coelho administrou o município entre os anos de 1948 a 1950”. Na biografia deste chefe político, notam-se algumas características pessoais similares às de Anísio Santos:

Fez o curso primário em Grão Mogol, tendo sido transferido para Montes Claros, onde foi aluno do Colégio Diocesano Nossa Senhora Aparecida. Fez o Curso Secundário Curso Superior (Farmácia) em Niterói, onde se formou em 1937. Farmacêutico e político, Anfrísio conquistou grande número de amigos em Porteirinha, Montes Claros e Belo Horizonte, onde mantinha casas de residências. Exerceu por cinquenta anos a profissão de farmacêutico na Farmácia São Joaquim, de sua propriedade. Foi correspondente de vários bancos e comprador de algodão [...] (Cunha, 2006, p. 34).

Anísio e Anfrísio revezavam-se prefeitos a cada eleição e, quando não eram prefeitos, eram vereadores. Foram até prefeito e vice-prefeito ao mesmo tempo. Melo (2007), em entrevista, conta a cronologia política:



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

De 1947 a 1950 – Anfrísio Coelho (prefeito).
De 1951 a 1954 – Anísio Alves dos Santos (prefeito). Anfrísio Coelho (presidente da Câmara de Vereadores).
De 1955 a 1958 – Anfrísio Coelho (prefeito). Anísio Alves dos Santos (presidente da Câmara de Vereadores).
De 1959 a 1962 – Anísio Alves Santos (prefeito). Anfrísio Coelho (vice-prefeito).

Durante as *administrações Anísio/Anfrísio*, o concurso público para docentes foi outra preocupação da administração escolar. Todos os professores deveriam ser submetidos ao exame de provas, mesmo aqueles que já atuavam e não eram efetivos. O professor tornava-se um funcionário público, enquadrando-os no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais. No entanto, apesar de reconhecê-los como agente público, os documentos analisados atestam que as diversas administrações municipais parecem não terem investido muitos recursos financeiros na área educacional. Segundo os valores registrados e contabilizados, a intenção do Estado era apenas promover o ensino primário, pois este era “obrigatório para todas as crianças em idade escolar”, como rezava a Constituição do Estado de Minas Gerais de 1947. Assim, o Estado mineiro deveria organizar e manter seu sistema educativo próprio que abranja o ensino (Constituição de Minas Gerais, 1947, p. 22). Observe como os diversos decretos-lei e leis, apresentados a seguir, colocavam em pauta a articulação/cooperação entre governos municipal/estadual.

A primeira lei analisada será a de nº 183, de 21 de outubro de 1959. Sancionada pelo prefeito Anísio Santos, expressava a abertura de créditos suplementares da Prefeitura. Nela a municipalidade gastou com impressos, livros e materiais de expediente da prefeitura a quantia equivalente a CR\$60.000,00, enquanto que os recursos para aluguel e reparo dos prédios escolares ficaram orçados em somente Cr\$20.000,00 (Porteirinha, 1959, p. 27). Neste plano, os gastos com a Educação Pública – que abarcava o Ensino Primário, Secundário (que



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

na prática não existia) e complementar, além do serviço de Inspeção – representavam apenas 11,76% do total geral (*ibidem*, p. 27).

A Lei nº 219, de 03 de dezembro de 1960, sancionada pelo mesmo prefeito, dispunha sobre aumento de vencimentos do pessoal da Prefeitura. A lei fixava o valor da remuneração de um fiscal do distrito da cidade em Cr\$50.400,00 e do encarregado do matadouro em Cr\$21.600,00, em oposição aos professores do tipo Padrão C que receberiam apenas Cr\$1.400,00 e os professores Padrão A, ainda menos, Cr\$1.000, por mês. É uma grande diferença que aponta para uma triste realidade de desvalorização financeira do professor.

Já em 1961, a Lei nº 225 de 03 de dezembro de 1960, sancionada pelo prefeito Anísio Santos, autorizava-lhe assinar convênio com o governo do Estado de Minas Gerais ou com a sua Secretaria de Estado da Educação, com a finalidade de manter e expandir a rede escolar urbana e rural.

Liobas e Gabirobas – entre o ódio mortal³ e a articulação de um só projeto: estar com o governo estadual

As eleições de 1962 vieram romper com os acordos políticos Anísio/Anfrísio. O então vereador de Porteirinha, Alcides Mendes da Silva, concorre ao cargo de prefeito municipal e sai vitorioso. O pleito, de um lado, contou com a participação do experiente Anfrísio Coelho, e do outro, o jovem candidato Alcides Mendes da Silva. Estes dois blocos foram popularmente denominados de *Liobas* e *Gabirobas*, marcando uma nova etapa na política local. Melo (2007) descreve como estas forças políticas, por mais de vinte anos, vão se alternar no poder:

³ Título inspirado em Leal (1997, p. 48), ao afirmar que as correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas pretendia obter as preferências do governo do Estado.



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

De 1963 a 1966 – Alcides Mendes da Silva (Gabiobas).
 De 1967 a 1970 – Anfrísio Coelho (Liobas).
 De 1971 a 1972 – Antônio Eustáquio Tolentino (apoiado pelo chefe dos Gabiobas).
 De 1973 a 1976 – Dr. Adir Pinheiro (apoiado pelo chefe dos Liobas).
 De 1977 a 1982 – Alcides Mendes da Silva (Gabiobas).
 De 1983 a 1988 – Wilson José da Cunha (apoiado pelo chefe dos Gabiobas).

Com a imposição do Ato Institucional nº 2, em 17 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos e implantou o bipartidarismo⁴, fez surgir a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia opositores de diversas tendências. Em Porteirinha, conforme dados do Cartório Eleitoral (1966), predominaram candidatos da legenda ARENA⁵. Liobas e Gabiobas disputavam os sucessivos pleitos municipais, mas, quando se tratava do apoio à esfera estadual ou federal, todos se uniam.

A biografia de Alcides Mendes da Silva narra uma trajetória de vida que, de menino nascido numa fazenda, passa a líder político local. Possuía como características a facilidade de articular com as diversas personagens políticas e financeiras na região. Dotado de habilidades para o ramo comercial na compra de gado e algodão, administrava uma indústria de cerâmica e uma fazenda, que o ajudou a prosperar. Sua riqueza fez com que muitos outros agricultores da região ficassem dependentes, pois os avalizavam. Fez amizades com famílias ricas e influentes, como a família Athayde, de Montes Claros, conforme afirma Bezerra (2007). Além

⁴ Conforme Fausto (2001), o modelo do bipartidarismo pôde ter sido espelhado na experiência norte-americana. Este modelo fez com que os militares soubessem quem era o inimigo interno e quem deveria ser vigiado mais de perto pelos órgãos de segurança e informação, devido ao perigo comunista na América Latina.

⁵ Conforme o livro de Registro de candidatos aos cargos eletivos da zona eleitoral de Porteirinha para as eleições de 15 de novembro de 1966, protocolaram processos para candidatura: Anfrísio Coelho e Anísio Alves dos Santos, para os cargos de prefeito e vice-prefeito, e vários candidatos aos cargos de vereadores, todos pela legenda da ARENA (Cartório Eleitoral de Porteirinha, 1966, p. 81).



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

disso, ele articulava com a iniciativa público/privada e uma dessas articulações resultou na vinda de dois bancos para a cidade, o Banco Oficial e o Banco do Nordeste, este último por intermédio da Sudene. O prefeito queria iniciar uma transformação daquela realidade que se apresentava precária e com deficiências econômicas e estruturais.

Este conjunto de atributos levava-o a assegurar a adesão cada vez maior de parcelas da população ao seu projeto de direção. Dentre deste, inseria-se o conjunto de medidas administrativas que visavam incentivar a expansão dos negócios em Porteirinha e a estruturação de serviços básicos como energia, água e calçamento urbano, que na época não existiam (Bezerra, 1990). Além dessas medidas, este chefe político preocupou-se com a formação do professor e com a expansão da rede escolar:

Compelido pela exigência do povo, candidatou-se a prefeito de Porteirinha [...]. Foi como prefeito que ele conseguiu realizar o seu sonho de diminuir as carências de escolas municipais. No propósito de alfabetizar o seu povo, construiu 32 escolas, dotando-as de prédio próprio, carteiras, quadro negro e professoras (Escola Estadual Alcides Mendes da Silva, 1990, p. 2).

Nos registros pesquisados, não se encontrou um número tão expressivo de construções escolares como este. Importante ressaltar a grande contribuição que este chefe político deu à área educacional. A política educacional empregada por ele era espalhar uma quantidade elevada de escolas para levar a instrução básica à população.

Alcides Mendes da Silva soube aproveitar todo seu potencial articulador para angariar recursos. A criação de um plano educacional voltado para a formação de professores de Porteirinha e região norte-mineira foi a meta estabelecida por ele e pelo seu grupo: “a Escola Normal passou a ser sua grande obsessão e pôs-se a trabalhar com o máximo de empenho por ela” (Escola Estadual Alcides Mendes da Silva, 1990, p. 3). Isso porque o Alcides sabia dos



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

verdadeiros benefícios de ter uma escola normal instalada dentro da cidade: preferência da população pelo espaço urbano; vinda de muitos estudantes de outras cidades para a região, o município ficaria conhecido regionalmente; tornar a instituição uma das referências em formação docente no norte de Minas Gerais; alfabetizar o maior número de crianças; formar professores habilitados para atuarem nas escolas e capacitar os já em exercício.

Conforme dados de Peixoto (2005, p. 21),

embora no início da década de 1970 o curso normal concentrasse 11,8% da matrícula nos cursos de nível médio, o número de leigos nas escolas mineiras era grande, conforme indicam os dados do censo escolar de 1964, segundo os quais, nesse período, 44% dos professores em exercício nas escolas primárias de Minas Gerais eram leigos e entre esses 5% não possuíam, nem mesmo, o ensino primário.

Vemos, portanto, que a educação vai sendo assumida como necessária para o desenvolvimento local. Além disso, a presença da Escola Normal traria outro benefício para os chefes políticos: quem tivesse a sua direção, possuía força política. A fala de Santos (2007), ex-secretária, vai neste sentido:

A Escola Normal era uma coisa que chamava atenção, porque era da região, todo mundo se encantava com a Escola Normal, e todo mundo queria ser o responsável por ela. Então, todo político visava ter nas mãos o controle dessa escola, ou seja, queria ter do seu lado diretor e funcionário ali dentro.
[...] A Escola Normal era onde as pessoas mostravam o poder político, era onde tinha uma repercussão muito grande, onde ia muita gente. E tudo o que fosse feito em favor da Escola Normal, a repercussão era muito grande. Então todo mundo queria ter a Escola Normal nas mãos, ser diretor (Santos, 2007, p. 2).

Todas essas relações de poder traziam, também, relações de dependência. Como exemplo os políticos locais precisavam do apoio político estadual para nomear a diretora da escola; e esta, sem dúvida, os apoiava.



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Em 1967, já sob a administração de Anfrísio Coelho, a Prefeitura assina convênio com o MEC visando à construção de dois grupos escolares nas comunidades denominadas Tocandira e Tanque, além de criar o primeiro órgão municipal de Educação denominado Departamento de Educação e Cultura (Porteirinha, 2005). Este órgão “tinha o objetivo de reger o Ensino Primário Municipal” (Porteirinha, 1967, p. 166). O artigo 2º de sua lei de criação expressa que “fica criado, no Quadro de Pessoal da Prefeitura, o cargo de Chefe do Departamento da Educação, com o vencimento seguinte: NCr\$1.200,00”.

O Livro nº 3, das Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, acrescenta que por meio da Lei nº 344 de 24 de fevereiro de 1967, “fica o prefeito autorizado a assinar convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais para manutenção e expansão da rede escolar [...] de acordo com o Código do Ensino Primário” (*ibidem*, 1967, p. 167).

Já no ano de 1971, o então prefeito, Antonio Eustáquio Tolentino, logo após sua posse, promove uma reestruturação no quadro do funcionalismo público, sobretudo dos professores, que se pautou na mudança de lotação, vencimentos de acordo com a titularidade, necessidade de se criar novas escolas e novas vagas para professores. Confira essas mudanças na legislação:

LEI Nº 402 Reestrutura o Quadro do Funcionalismo do Município e contém outras providências. A Câmara Municipal de Porteirinha, por seus representantes legais, Decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Ficam mantidos os dez cargos de Professoras Normalistas constantes do orçamento vigente, os quais, juntamente com as Professoras de padrão “A”, serão lotadas de preferência nos grupos escolares da zona urbana. Além disso, prevê um aumento do quadro do pessoal, mais 50 (cinquenta) cargos de professores rurais.

Parag. 2º - Os seus vencimentos serão de Cr\$ 540,00 (quinhentos e quarenta cruzeiros) anuais.

[...] Parag. 5º- Fica igualmente autorizado a criar as escolas que se fizerem necessárias, de acordo com as necessidades locais, e regionais, bem como aumentar o número de



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

professoras para cada classe de 30 (trinta) alunos comprovadamente existentes em cada escola criada. [...] (Porteirinha, 1971, p. 272).

A legislação provocou uma mudança de lotação dos docentes e deu prioridade aos professores normalistas atuarem nos grupos escolares da cidade. Outro dado que faz avaliar a qualidade da educação era que o município, incluindo área urbana e rural, contava com apenas 10 (dez) professoras normalistas contra 120 (cento e vinte) professoras Padrão A, B, C, D, que possuíam apenas o ensino primário. As professoras que possuíam o diploma do curso normal, expedidos em escolas normais ou institutos de educação, representavam um número ínfimo, chegando a ser menos de dez por cento.

Considerações Finais

Ao utilizarmos o recurso da história regional e local e observar com uma lente de aumento as particularidades dessa cidade interiorana, foi possível identificar a criação do grupo escolar, a expansão das escolas isoladas e os sujeitos que circularam nesses espaços. Desta forma, ficou evidente que os municípios tiveram um papel importante no processo de escolarização e as escolas isoladas foram fundamentais para a institucionalização da rede educacional. Reconhecer o papel das organizações civis e políticas, bem como notar as carências sócio-educacionais do município possibilitou discutir a construção do sistema educacional em sentido mais amplo. Assim, foi possível encontrar uma multiplicidade de estratégias políticas e educacionais que permitem, inclusive, abrir novas perspectivas de estudos.

Nesse texto foi possível perceber algumas relações políticas que ajudaram a construir o sistema escolar da cidade de Porteirinha/MG. Além da força econômica, os chefes políticos



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

possuíam o apoio de outras lideranças locais, como a religiosa. Possuíam força social, política e econômica e utilizavam de variadas estratégias para conquistar, exercer e manter seu poder. Em âmbito local, as divergências eram acirradas, no entanto, em níveis estadual e federal, os grupos políticos opostos se uniam.

Pautado com discurso de mudança, os dirigentes políticos traçaram um novo modelo de cidade que trouxesse ares de progresso mediante implantação de um sistema escolar. Durante o período estudado, o número de crianças na escola primária foi ampliado, progressivamente, o sistema educacional também. Muitas escolas foram construídas, principalmente na zona rural. Também foi criada a Secretaria Municipal de Educação e uma Escola Normal para formação do professorado.

Os prefeitos que iniciavam o mandato geralmente faziam algumas reestruturações no quadro dos funcionários municipais. A educação pública, no período de 1940 a 1970, de uma forma geral, cresceu de forma quantitativa. Para isso, o município sempre procurava assinar convênios com o governo estadual e com a Secretaria de Estado de Educação.

Finalmente, no pensamento da população local, a educação e a formação do professor viriam para fazer nascer o progresso na cidade. Isso denota a centralidade que aquela sociedade dava às atividades que se realizavam no ensino e na alfabetização do povo norte-mineiro, tentativas de formação de uma mentalidade dita adequada aos novos tempos que estavam por vir.

Referências

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. *As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro – São Paulo (1889-1920)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BEZERRA, Arnaldo. *A Escola Normal de Porteirinha*. Porteirinha/MG: Escola Estadual de Porteirinha. Palestra proferida na comemoração dos 25 anos da Escola Normal de Porteirinha, 1990.

CARTÓRIO ELEITORAL DE PORTEIRINHA. *Protocolo de registro de candidatos para eleição a se fizer em 15 de novembro de 1966* (p. 81). Livro de registro de candidatos aos cargos eletivos da zona eleitoral. Porteirinha/MG, 11 de outubro de 1966.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira de. Educação e modernização em Minas Gerais: os princípios da Reforma Francisco Campos (1926–1930). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 51, p. 139-156, jun., 2013.

CUNHA, Osvaney Barbosa. *Serranópolis de Minas... Nossa Terra, Nossa História!* (mimeo). Serranópolis de Minas/MG, 2006.

ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA. *Documento textual Biografia do Sr. Alcides Mendes da Silva*. Porteirinha/MG, 1990.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9. ed. São Paulo: EdUSP, 2001.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. Cidade urbanizada e o espaço escolar do Gymnásio Mineiro de Uberlândia de fins do século XIX a primeira metade do século XX. *Cadernos de História da Educação*. V. 10, n. 1 – jan./jun. p. 93-121, 2011.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930/1979)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

MARTINSON, Célia Carmem. *Institucionalização da Escola Pública em área rural – Joaçaba-SC (1938-1961)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 2009.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado (1947). *Constituição do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1965.

MINAS GERAIS. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. *Cria um Colégio Normal Oficial na cidade de Porteirinha*. Belo Horizonte, ano LXXII, n. 241, 15 de dezembro de 1964.

MONTEIRO, Juliana da Silva. *Cultura Escolar: A Institucionalização do Ensino Primário no Sul do antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó-MS (1950-1974)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS, 2011.

PAZ, Vanilson Oliveira. *O Município e a organização da educação: caminhos e desafios da criação e implantação do Sistema Municipal de Ensino de Ananindeu-PA*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Magistério: idas-e-vindas de uma profissão – Minas Gerais (1889-1970)*. In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro (orgs.). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros/MG: Editora Unimontes, 2002.

PORTEIRINHA/MG. Lei 225 de 03 de dezembro de 1960. Autoriza a assinar convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais ou sua Secretaria de Educação para a manutenção e expansão da rede escolar rural. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

PORTEIRINHA/MG. Decreto-lei 17, de 03 de junho de 1940. Cria no município de Porteirinha seis Escolas Rurais Mistas. *Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939.



Wilney Fernando Silva
Gersiane Franciere Freitas Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

PORTEIRINHA/MG. Decreto-lei 18, de 02 de agosto de 1940. Cria lugares de professores primários rurais e mantém os lugares de professores do povoado de Jatobá. *Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939.

PORTEIRINHA/MG. Lei 183 de 21 de outubro de 1959. Abre créditos suplementares. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

PORTEIRINHA/MG. Lei 219 de 03 de dezembro de 1960. Dispõe sobre aumento de vencimentos do pessoal da Prefeitura. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

PORTEIRINHA/MG. Lei 344 de 24 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre convênio com a Secretaria da Educação. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

PORTEIRINHA/MG. Lei 354 de 19 de dezembro de 1967. Cria o Departamento de Educação. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

PORTEIRINHA/MG. Lei 402 de 19 de fevereiro de 1971. Reestrutura o Quadro do Funcionalismo do Município e contém outras providências. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

PORTEIRINHA/MG. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Porteirinha. *Plano Decenal Municipal de Educação (2006/2015)*. Porteirinha/MG, 13 de dezembro de 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

Recebido em: 09/01/2025

Aprovado em: 21/05/2025